# EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.

CNPJ/MF Nº 02.805.610/0001-98

## Relatório da Administração

**Senhores Conselheiros,**
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Embraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. ("DP World Santos" ou "Companhia"), relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

**Mensagem da Administração**
A economia brasileira chegou ao fim do ano em recuperação, mas o grau de incerteza permanece elevado e os efeitos da crise ainda estarão presentes em 2021. A pandemia do coronavírus abalou a economia global em 2020 e com o Brasil não foi diferente. Indústria e comércio, de modo geral, iniciaram a recuperação em maio de 2020 e retornaram rapidamente a níveis "pré-pandemia". No entanto, a recuperação foi heterogênea entre os diversos setores (ora acima, ora abaixo desse nível). Parte das diferenças no ritmo de recuperação foi explicada pelas mudanças no padrão de consumo. De certo modo, a procura por bens de consumo não duráveis foi pouco afetada, enquanto a demanda por bens de consumo duráveis e por serviços ofertados às famílias caiu consideravelmente. O auxílio emergencial e a permissão do saque emergencial do FGTS ajudaram a recompor parte das perdas de renda da população com a pandemia. Com isso, algumas famílias, mais vulneráveis, até observaram aumento da renda e puderam, inclusive, aumentar o consumo, sobretudo de bens de consumo não duráveis, como alimentos, material de limpeza e produtos de higiene pessoal. As famílias de maior renda aumentaram a poupança, seja por precaução, seja pela impossibilidade de consumir em razão do fechamento do comércio. Contudo, a recuperação no terceiro e quarto trimestres não foram suficientes para salvar o ano de 2020. O PIB de 2020 teve queda de 4,1% na comparação com 2019 e o PIB industrial, 3,5%. Atualmente, a economia do Brasil está classificada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como a nona economia mundial, mas caiu para a 12ª posição no ranking de 2020. O PIB encerrou a primeira metade de 2020 com queda de 11,9% e variação de -3,4% no terceiro trimestre. A indústria, como um todo, representa 21,4% do PIB do Brasil, mas responde por 70,1% das exportações de bens e serviços, por 69,2% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento e por 33% dos tributos federais (exceto receitas previdenciárias). Para cada R$ 1,00 produzido na Indústria, são gerados R$ 2,40 na economia como um todo. Nos demais setores, o valor gerado é menor: R$ 1,66 na agricultura e R$ 1,49 no comércio e serviços. Além disso, a indústria é responsável por 20,4% do emprego formal, 70,1% nas exportações de bens e serviços, 33% na arrecadação de tributos federais e 69,2% em investimento empresarial em P&D. A indústria de transformação, que transforma matéria-prima em produto final, responde 11,8% do PIB e por 14,4% do emprego formal. Na arrecadação de tributos federais, 24,9%. No investimento empresarial em P&D o indicador está em 65,4%. Todos os números acima descritos são divulgados no perfil da Indústria Brasileira. No acumulado do ano, a balança comercial brasileira, por sua vez, se mantém superavitária, ou seja: o país está exportando mais produtos do que importando. No entanto, o Brasil exportou 6,1% a menos em 2020 na comparação com 2019, e registrou importações 9,7% menores no período. As exportações atingiram US$ 209,921 bilhões e as importações, US$ 158,926 bilhões. Em todo o ano de 2020, houve um aumento de 6% na exportação de produtos agropecuários. As vendas da indústria extrativa, no entanto, caíram 11,3% e as exportações de produtos da indústria de transformação diminuíram 2,7%. A China comprou mais de um terço de tudo o que o Brasil vendeu. Os cinco principais setores com maior participação no valor da indústria de transformação são os segmentos de alimentos, derivados de petróleo e biocombustíveis, químicos, metalurgia e veículos automotores. Os cinco estados com maior participação no PIB são São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Neste cenário a Companhia manteve-se capaz de oferecer aos seus clientes uma maior gama de produtos/serviços, não somente focados em contêineres. O EBITDA da Companhia foi de R$ 117 milhões no período (154% acima de 2019), com margem EBITDA de 29%. A DP WORLD SANTOS teve uma média mensal de 70 mil TEU em 2020, 23% maior que em 2019, que foi de 57 mil TEU, isso se deve devido a uma melhor performance do serviço SEAS-1 e de dois novos serviços, BRAZEX 2 e NEXCO. Na Armazenagem tivemos um maior volume de retidos e removidos e a cobrança de SSE. A operação do novo terminal da Celulose começou em agosto de 2020, isso fez com as receitas tivessem um aumento significativo em relação ao ano anterior devido aos maiores volumes operados e maior valor da cotação do dólar em relação ao real.

| Receita Bruta (em milhares de R$) | 2020 | 2019 | Δ% |
|---|---|---|---|
| Movimentação | 119.698 | 113.904 | 5% |
| Armazenagem | 108.492 | 94.705 | 15% |
| Outras receitas | 228.107 | 118.656 | 92% |
| Receita bruta total | 456.297 | 327.265 | 39% |

Os custos e despesas administrativas da Companhia, excluindo os efeitos da depreciação, tiveram um aumento de 24%, composto da seguinte forma:

| Custos e despesas administrativas (em milhares de R$) | 2020 | 2019 | Δ% |
|---|---|---|---|
| Custos (sem depreciação) | 205.801 | 168.256 | 22% |
| Despesas administrativas (sem depreciação) | 86.271 | 66.751 | 29% |
| Total dos custos e despesas | 292.072 | 235.007 | 24% |

Os investimentos recuaram 15% em 2020, para R$ 22 milhões, quando comparados com o mesmo período do ano anterior (com R$ 26 milhões em investimentos). A DP World Santos encerrou o ano com prejuízo aproximado de R$ 427 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o prejuízo foi de R$ 258 milhões. Um dos fatores que contribuíram para o prejuízo de R$ 427 milhões foi a alta do dólar, a previsão do mercado no boletim Focus do início do ano era que a moeda norte-americana chegasse ao final de 2020 cotada ao redor de R$ 4,00, inferior ao patamar do encerramento de 2019 que foi de 4,20, porém no decorrer do ano o dólar disparou e fechou o ano cotado a 5,20. Partindo do EBITDA de 117 milhões, os maiores impactos para a prejuízo de R$ 427 milhões são apresentados conforme tabela abaixo:

| EBITDA | 117 |
|---|---|
| Variação Cambial | - 264 |
| Juros sobre empréstimos | - 169 |
| Depreciação/ Amortização | - 39 |
| Outras Despesas/ Receitas Financeiras | - 37 |
| IRPJ/ CSLL Diferido | - 35 |
| **Prejuízo do exercício** | **- 427** |

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

| ATIVO | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Caixa e equivalente de caixa (Nota nº 5) | 55.780 | 14.192 |
| Contas a receber (Nota nº 6) | 48.720 | 44.857 |
| Tributos a recuperar (Nota nº 7) | 36.268 | 24.906 |
| Adiantamentos e outros créditos | 4.732 | 3.366 |
| Estoques | 14.110 | 12.136 |
| Despesas antecipadas | 7.188 | 4.374 |
| | **166.798** | **103.831** |
| **Não Circulante** | | |
| Realizável a Longo Prazo | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota nº 8 (a)) | 63.856 | 98.345 |
| Depósitos judiciais | 1.159 | 951 |
| Tributos a recuperar (Nota nº 7) | 7.831 | 35.150 |
| | 72.846 | 134.446 |
| Imobilizado (Nota nº 9) | 1.223.825 | 1.239.550 |
| Intangível (Nota nº 10) | 16.185 | 17.118 |
| | 1.240.010 | 1.256.668 |
| | **1.312.856** | **1.391.114** |
| **Total do ativo** | **1.479.654** | **1.494.945** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Fornecedores (Nota nº 11) | 185.206 | 156.399 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12) | 17.828 | 5.274 |
| Impostos e contribuições a recolher | 66.921 | 47.359 |
| Salários e férias a pagar | 25.558 | 21.060 |
| Outras obrigações | - | 1 |
| | **295.513** | **230.093** |
| **Não circulante** | | |
| Fornecedores (Nota nº 11) | 31.424 | - |
| Provisão para contingência (Nota nº 15) | 2.620 | 2.341 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12) | 2.802.316 | 2.294.849 |
| | **2.836.360** | **2.297.190** |
| **Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) (Nota nº 14)** | | |
| Capital social (Nota nº 14(a)) | 323.023 | 311.357 |
| Reserva de capital (Nota nº 14(b)) | 352.922 | 352.922 |
| Reserva especial de ágio (Nota nº 8) | 344.888 | 344.888 |
| Reserva legal (Nota nº 14(c)) | 1.493 | 1.493 |
| Outros Resultados Abrangentes (Nota nº 14(e)) | (204.437) | - |
| Prejuízos acumulados | (2.470.108) | (2.042.998) |
| | **(1.652.219)** | **(1.032.338)** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **1.479.654** | **1.494.945** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações das mutações no patrimônio líquido (passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

| | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Outros resultados abrangentes | Prejuízos acumulados | Total (passivo a descoberto) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 1º de janeiro de 2019** | **285.398** | **697.810** | **1.493** | **-** | **(1.785.210)** | **(800.509)** |
| Aumento de capital | 25.959 | - | - | - | - | 25.959 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (257.788) | (257.788) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **311.357** | **697.810** | **1.493** | **-** | **(2.042.998)** | **(1.032.338)** |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (427.110) | (427.110) |
| Aumento de capital | 11.666 | - | - | - | - | 11.666 |
| Hedge de fluxo de caixa | - | - | - | (204.437) | - | (204.437) |
| **Em 31 de dezembro de 2020** | **323.023** | **697.810** | **1.493** | **(204.437)** | **(2.470.108)** | **(1.652.219)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Operações em continuidade | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Receita líquida dos serviços prestados (Nota nº 16) | 408.868 | 280.765 |
| Custo dos serviços prestados (Nota nº 17) | (237.249) | (205.004) |
| **Lucro bruto** | **171.619** | **75.761** |
| Despesas gerais e administrativas (Nota nº 18) | (93.951) | (73.337) |
| **Resultado operacional** | **77.668** | **2.424** |
| Receitas financeiras (Nota nº 19) | 462.746 | 365.673 |
| Despesas financeiras (Nota nº 19) | (933.035) | (591.396) |
| **Despesas financeiras líquidas** | **(470.289)** | **(225.723)** |
| **Resultado antes dos impostos** | **(392.621)** | **(223.299)** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota nº 8 (c)) | (34.489) | (34.489) |
| **Prejuízo do exercício** | **(427.110)** | **(257.788)** |
| **Prejuízo por ação, básico e diluído, do exercício (Expresso em R$ por ação)** | **(1,32)** | **(0,83)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **(427.110)** | **(257.788)** |
| *Hedge* de Fluxo de caixa | (204.437) | - |
| **Total dos resultados abrangentes do exercício** | **(631.547)** | **(257.788)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social** | **(392.621)** | **(223.299)** |
| Ajustes: | | |
| Juros e variações monetárias | 470.289 | 225.723 |
| Depreciação e amortização | 39.129 | 43.334 |
| | 116.797 | 45.758 |
| **Variação de ativos e passivos** | | |
| Impostos a recuperar | 15.957 | 6.600 |
| Despesas antecipadas | (2.814) | (2.305) |
| Adiantamentos a fornecedores | (1.366) | 5.237 |
| Contas a receber | (3.863) | 6.458 |
| Estoques | (1.974) | (1.691) |
| Outros ativos | (208) | (413) |
| Fornecedores | 60.231 | 25.778 |
| Impostos e contribuições a recolher | 19.564 | 10.816 |
| Salários e férias a pagar | 4.498 | 4.151 |
| Outras contas a pagar | 276 | 919 |
| Caixa gerado nas operações | 207.098 | 101.308 |
| Juros pagos | (87.073) | (94.563) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **120.025** | **6.745** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | (16.794) | (21.382) |
| Aquisição de ativo intangível | (5.677) | (5.241) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | **(22.471)** | **(26.623)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Efeito de variação cambial líquido | (67.632) | (19.530) |
| Integralização de capital | 11.666 | 25.959 |
| **Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamento** | **(55.966)** | **6.429** |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos** | **41.588** | **(13.449)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | **14.192** | **27.641** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | **55.780** | **14.192** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

**1. Informações gerais:** A Embraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. ("Embraport" ou "Companhia"), com sede na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, tem por objeto social a exploração de terminais portuários e ou retro-portuários no Município de Santos e na sua área de influência. A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 03 de março de 2021. A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no exercício no valor de R$ 128.715 em 31 de dezembro de 2020 (2019 – R$ 126.262), bem como prejuízo de R$ 427.110 em 31 de dezembro de 2020 (2019 – R$ 257.788). A atual posição financeira da Companhia reflete a lenta recuperação da economia brasileira. Os principais planos da Administração para reverter a condição atual incluem: fortalecimento da estratégia de busca de novos clientes tanto armadores como importadores e exportadores, diversificação de cargas, melhorar a eficiência do terminal reduzindo custo e buscar novos parceiros para utilização de área disponível dentro do terminal. A Administração da Companhia entende que os planos serão suficientes para fomentar crescimento na receita e reestabelecer o equilíbrio patrimonial e financeiro. A DP World, Grupo do qual a Companhia faz parte, possui programas de integridade (*compliance*) que vêm sendo atualizados e implementados em todas as suas controladas e são obrigatoriamente aprimorados em atenção às melhores práticas, bem como sempre serão implementadas ações, medidas e iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. A Administração da Companhia adota medidas para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança. Esse Sistema de Conformidade inclui: **(i)** a implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração; **(ii)** a operação do Canal "Linha de Ética" disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral; **(iii)** o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e **(iv)** o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. A Administração avaliou a habilidade e capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis da Companhia estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas resultantes da liquidação dessas transações são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, respectivamente. **2.3. Instrumentos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurado ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da forma pela qual a Companhia administra seus ativos financeiros, bem como nas características dos fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros são mensurados como ativo circulante, exceto aqueles com o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.4 Hedge de fluxo de caixa:** A Administração da Companhia passou a utilizar em 2020, como estratégia de gerenciamento de riscos cambiais, o hedge de fluxo de caixa para tratamento da exposição cambial de certos direitos da Companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a Companhia possua expectativa de fluxos de pagamentos. Considerando a relação de proteção natural e a estratégia de gestão de risco descrita anteriormente, a Companhia designa relações de hedge entre as variações cambiais de "receitas futuras" (item protegido) e as variações cambiais das obrigações em dólares norte-americanos (instrumentos de proteção), de forma que os efeitos cambiais de ambos sejam reconhecidos no mesmo momento na demonstração de resultado. A relação de hedge foi estabelecida na proporção de um para um, ou seja, as "receitas futuras" de cada mês e as proporções dos fluxos de caixa dos endividamentos, utilizadas na relação de hedge, possuem o mesmo valor nominal em dólares norte-americanos. A Companhia considera como "receita futura" o montante de toneladas estabelecidas no Contrato de "*Take or Pay*" do Cliente Suzano. A exposição das receitas futuras da Companhia ao risco de variação da taxa de câmbio do Real e o Dólar Americano (posição ativa) é compensada por exposição inversa equivalente de suas dívidas em dólares norte-americanos (posição passiva) ao mesmo tipo de risco. As relações de hedge podem ser descontinuadas e reiniciadas em cumprimento com a estratégia de gestão de riscos. Neste sentido, tais avaliações são realizadas mensalmente. Caso haja alguma variação nas receitas futuras decorrente do contrato de *Take or Pay* cujas variações cambiais foram designadas em relação de *hedge* deixem de ser um compromisso firme, mas continuem previstas, a relação de *hedge* é revogada e a variação cambial acumulada até a data da revogação é mantida no patrimônio líquido, sendo reclassificado para o resultado no momento em que as receitas ocorrerem. Também podem ocorrer situações em que as receitas cujas variações cambiais foram designadas em relação de hedge deixem de ser previstas. Nestes casos, a variação cambial, referente às proporções dos fluxos de caixa das dívidas que excederem o total das exportações que ainda sejam consideradas previstas, acumulada no patrimônio líquido até a data da revisão na previsão, é reclassificada imediatamente para o resultado. Adicionalmente, quando um instrumento financeiro designado como instrumento de hedge vence ou é liquidado, a Companhia pode substituí-lo por outro instrumento financeiro, de maneira a garantir a continuidade da relação de *hedge*. Similarmente, quando uma transação designada como objeto de proteção ocorre, a Companhia pode designar o instrumento financeiro que protegia essa transação como instrumento de *hedge* em uma nova relação de hedge. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores das vendas de serviços no decurso normal da atividade da Companhia e estão registradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo de amortização com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perda esperada de créditos (*impairment*) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da perda esperada pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. **2.7. Estoques:** Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.9. Intangível:** Representado por softwares e licenças adquiridas de programas de computador, que são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil contratual de 05 anos. Licença de operação que está sendo amortizada desde o efetivo início das operações. **2.10. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. No exercício, a Administração efetuou análise de *impairment* e não resultou em necessidade de provisão. **2.11. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 01 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo que em geral se aproxima do valor nominal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.14. Benefícios a empregados: a) Plano de pensão**: A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty, entidade fechada de previdência privada. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. Em relação ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 montaram a R$ 1.187 (R$ 948 em 31 de dezembro de 2019). **b) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui provisão no montante de R$ 9.267. **2.15. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue: **• Reforma da taxa de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2021. **• Contratos Onerosos** – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022. **• Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)** – A partir de 1º de janeiro de 2022. **• Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)** – A partir de 1º de janeiro de 2022. **• Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)** – A partir de 1º de janeiro de 2023. **• IFRS 17 Contratos de Seguros** - A partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.16. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor puder ser estimado com segurança. **2.17. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. **2.18. Reconhecimento de receita: a) Receita de serviços:** A Companhia adota o CPC 47/IFRS 15 – "Receitas de contratos com clientes para fins de reconhecimento da receita de prestação de serviços". O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As receitas da Companhia são provenientes das operações de movimentações de contêineres e armazenagem. Esses serviços são prestados com base na quantidade de movimentações realizadas e no tempo incorrido de armazenagem. Os preços são determinados em acordos comerciais. A receita é reconhecida no período em que os serviços são prestados. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. A Administração da Companhia estima que os resultados futuros sejam suficientes para recuperação do crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos apresentados no balanço de 31 de dezembro de 2020, em função das ações que vem sendo tomadas para fomentar o desenvolvimento de novos projetos geradores de benefício econômico em complemento às atividades já existentes, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 8 (b). **b) Vida útil de ativos:** A Companhia reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos de longa duração com base na estimativa de vida útil dos bens definida pelos técnicos da Companhia. Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem a planta da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o volume de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** A Administração dos riscos associados das operações financeiras é feita mediante a aplicação de estratégias definidas pela diretoria financeira da Companhia. Essas diretrizes têm por fim a mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa, bem como os limites de exposição que a Companhia tolera. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação. As exposições a riscos financeiros relevantes são as advindas dos passivos financeiros, representados pelos financiamentos de longo prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal (CEF), e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (e suas ações complementares), das aplicações financeiras e do risco de crédito representados pelo fluxo de clientes da Companhia. Conforme cláusula contratual e obedecendo a melhor das práticas contábeis, o valor da dívida está classificado no passivo circulante e no passivo não circulante a depender do prazo de exigibilidade (Nota Explicativa nº 12). **a) Risco de mercado: (i) Risco de taxa de câmbio:** Na Companhia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio no valor das mercadorias de importação e exportação armazenadas, trazendo variações ao fluxo de recebimento da Companhia, bem como na exposição advinda do financiamento contratado com o BID, além de outros ativos e passivos em moeda estrangeira. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4, a Administração da Companhia utiliza como estratégia de gerenciamento de riscos cambiais, o hedge de fluxo de caixa. **(ii) Risco de taxa de juros:** O empréstimo contratado junto à Caixa Econômica Federal foi tomado em Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescido de 3,40% ao ano onde o valor atual se aproxima do valor justo do financiamento. As aplicações financeiras da Companhia têm liquidez diária atrelada à variação do CDI, minimizando a variação de valor justo. **(iii) Risco de crédito:** Parte substancial das vendas da Companhia é feita para contrapartes que tem seu crédito analisado através de normas pré-estabelecidas pela Companhia. Tais normas estabelecem os limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável. **Exposição a riscos de crédito:** A Companhia aplica seu caixa somente em "instituições financeiras aceitáveis", sendo definida como uma "instituição financeira aceitável": **• Se nacional:** um banco comercial constituído de acordo com as leis do Brasil, cujo ativo total seja superior a R$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais) e classificação de crédito conforme descrito abaixo no item "Classificação aceitável"; **• Se estrangeira:** um banco comercial constituído de acordo com as leis de qualquer país membro da União Europeia ou dos Estados Unidos da América, cujo ativo total seja superior a USD$ 1.000.000.000 (um bilhão de dólares) e classificação conforme descrito abaixo no item "classificação aceitável". Onde, a classificação aceitável significa, com relação a uma instituição financeira, uma classificação de crédito "A" ou melhor concedida pela S&P e de "A2" ou melhor concedida pela Moody's" em relação à dívida de longo prazo. **(iv) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos com o seu fluxo de recebimento ou de disponibilidade de recursos. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir níveis aceitáveis de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais de mercado e sem o risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Tesouraria. Os excedentes de caixa são investidos em depósitos de curto prazo sempre com liquidez imediata (Nota Explicativa no 5). **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraindo do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumariados:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Total dos financiamentos (Nota Explicativa nº 12)** | **2.820.144** | **2.300.123** |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5) | (55.780) | (14.192) |
| **Dívida líquida** | **2.764.364** | **2.285.931** |
| **Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)** | **(1.652.219)** | **(1.032.338)** |
| **Total do capital próprio e de terceiros** | **1.112.145** | **1.253.593** |
| Índice de alavancagem financeira - % | 248,56 | 182,35 |

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos | 49.323 | 10.126 |
| Aplicações financeiras **(i)** | 6.457 | 4.066 |
| **Total** | **55.780** | **14.192** |

A Companhia considera como equivalentes de caixa, os saldos de caixa, bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras com vencimento original em até 90 dias. **(i)** As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas e são remuneradas à taxa de mercado sempre em percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O Rendimento médio das aplicações financeiras no ano de 2020 foi de 0,36% e em 2019 de 0,67%.

**6. Contas a receber**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Mercado interno | 24.499 | 24.599 |
| Mercado externo | 30.637 | 22.001 |
| **Total** | **56.136** | **46.600** |
| (-) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa | (7.416) | (1.743) |
| **Total líquido** | **48.720** | **44.857** |

Composição do saldo por prazo de vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2020:

| | |
|---|---|
| A vencer | 42.914 |
| Vencidas até 30 dias | 5.989 |
| Vencidas de 31 até 60 dias | 189 |
| Vencidas de 61 até 90 dias | 381 |
| Vencidas de 91 até 180 dias | 1.303 |
| Vencidas maior que 181 dias | 5.360 |
| **Total** | **56.136** |

**a) Movimentação provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do exercício** | **(1.743)** | **(1.166)** |
| (-) Valores reconhecidos durante o ano | (8.286) | (2.412) |
| (+) Valores recuperados durante o ano | 2.613 | 1.835 |
| **Saldo no final do exercício** | **(7.416)** | **(1.743)** |

**7. Tributos a recuperar**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Imposto de renda | 6.974 | 7.072 |
| Cofins | 23.066 | 14.526 |
| PIS | 5.001 | 3.308 |
| Outras contribuições | 1.227 | - |
| **Total circulante** | **36.268** | **24.906** |
| Cofins | 5.756 | 28.783 |
| PIS | 2.075 | 6.367 |
| **Total não circulante** | **7.831** | **35.150** |
| **Total** | **44.099** | **60.056** |

**8. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu o crédito tributário sobre o benefício fiscal do ágio decorrente da incorporação reversa de sua até então Controladora, Coimex Investimentos Portuários S.A. (CIP) e Hostens Holdings S.A. A Companhia reconheceu também crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua ex-controladora "Odebrecht TransPort Participações S.A." nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável à "OTPP".

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura | 1.014.375 | 1.014.375 |
| Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido | (669.487) | (669.487) |
| **Total do benefício fiscal** | **344.888** | **344.888** |
| (-) Amortização do ágio | (250.043) | (215.554) |
| **Total** | **94.845** | **129.334** |

A Companhia adotou os preceitos do ICPC 09, apresentando o valor dos ágios deduzidos da "provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido". A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor dos ágios e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que os ágios vão sendo amortizados, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que os ágios são amortizados, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

**a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Imposto de renda e contribuição social diferido ativo** | | |
| *Impairment* sobre créditos fiscais diferidos | (49.451) | (49.451) |
| Ativo diferido de despesas pré-operacionais | 3.810 | 3.810 |
| Variação cambial | 7.441 | 7.441 |
| Outras diferenças temporárias | 8.046 | 8.046 |
| **Total** | **(30.154)** | **(30.154)** |
| **Imposto de renda e contribuição social diferido passivo** | | |
| Exclusão temporária da provisão sobre contas a receber | (524) | (524) |
| Outras diferenças temporárias | (311) | (311) |
| **Total** | **(835)** | **(835)** |
| **Total** | **(30.989)** | **(30.989)** |
| **Saldo benefício fiscal do ágio** | **94.845** | **129.334** |
| **Imposto de renda e contribuição social diferido total** | **63.856** | **98.345** |

**b) Projeção para a realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

| Ano | Realização |
|---|---|
| 2025 | 2.461 |
| 2026 | 8.674 |
| 2027 | 11.018 |
| 2028 | 20.240 |
| 2029 | 21.463 |
| **Total** | **63.856** |

**c) Reconciliação da taxa efetiva**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (392.621) | (223.299) |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal (34%) | 133.491 | 75.922 |
| Prejuízo fiscal não constituído | (133.491) | (75.922) |
| Outros – amortização do ágio | 34.489 | 34.489 |
| Reversão do imposto de renda e da contribuição social diferidos | (34.489) | (34.489) |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos** | **(34.489)** | **(34.489)** |

**9. Imobilizado**

| | Taxas anuais de depreciação | Custo | Depreciação acumulada | 2020 Líquido | 2019 Líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos | | 12.539 | - | **12.539** | **12.539** |
| Edificações | 2% | 66.441 | (15.539) | **50.902** | **51.789** |
| Instalações | 20% - 2% | 1.410.447 | (411.311) | **999.136** | **994.992** |
| Máquinas e equipamentos | 20% - 3,33% | 226.700 | (79.597) | **147.103** | **151.557** |
| Móveis e utensílios | 10% | 2.840 | (1.818) | **1.022** | **1.152** |
| Equipamentos de comunicação | 10% | 688 | (311) | **377** | **180** |
| Computadores e periféricos | 20% | 19.130 | (16.155) | **2.975** | **2.872** |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 20% | 790 | (676) | **114** | **160** |
| Segurança patrimonial | 10% | 7.762 | (4.101) | **3.661** | **4.086** |
| Obras em andamento **(i)** | | 5.996 | - | **5.996** | **20.223** |
| **Total** | | **1.753.333** | **(529.508)** | **1.223.825** | **1.239.550** |

**(i)** A composição de obras em andamento consiste nos custos incorridos nas obras civis para melhoramentos das instalações e suporte de novas operações, cujo saldo está composto da seguinte forma:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Obras civis | 5.734 | 19.623 |
| Outros custos | 150 | 587 |
| Equipamentos e software | 112 | 13 |
| **Total** | **5.996** | **20.223** |

A Companhia assinou, em 15 de janeiro de 2007, termo de compromisso com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), objetivando o cumprimento da compensação ambiental pela implantação do terminal portuário.

**a) Movimentação**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do exercício** | **1.239.550** | **1.255.793** |
| (+) Adições | 16.794 | 21.382 |
| (-) Depreciação | (32.519) | (37.625) |
| **Saldo no final do exercício** | **1.223.825** | **1.239.550** |

**10. Intangível**

| | Taxas anuais de amortização | Custo | Amortização acumulada | 2020 Líquido | 2019 Líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| Software **(i)** | 5% | 44.739 | (33.133) | **11.606** | **11.876** |
| Licença de instalação **(ii)** | 20% | 24.942 | (22.387) | **2.555** | **2.636** |
| Patentes e marcas registradas | - | 3.237 | (1.213) | **2.024** | **2.606** |
| **Total** | | **72.918** | **(56.733)** | **16.185** | **17.118** |

**(i)** Referem-se aos gastos com obtenção de softwares para computadores, não vinculado a nenhum elemento que possua substância física. **(ii)** Referem-se aos gastos para a obtenção da licença de operação. Essas licenças são condicionantes para que sejam realizados os processos de instalação do Terminal Portuário. A Companhia vem amortizando essas licenças desde julho de 2013.

**a) Movimentação**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do exercício** | **17.118** | **17.586** |
| (+) Adições | 5.677 | 5.241 |
| (-) Amortização | (6.610) | (5.709) |
| **Saldo no final do exercício** | **16.185** | **17.118** |

**11. Fornecedores**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Consultoria operacional - DP World (Nota Explicativa nº 13) | 108.578 | 66.897 |
| Serviços - Autoridade Portuária de Santos | 45.596 | 69.265 |
| Materiais e serviços operacionais | 27.963 | 17.536 |
| Equipamentos | 2.775 | 2.452 |
| Outros | 294 | 249 |
| **Total circulante** | **185.206** | **156.399** |
| Serviços - Autoridade Portuária de Santos | 31.424 | - |
| **Total não circulante** | **31.424** | **-** |
| **Total** | **216.630** | **156.399** |

**12. Empréstimos e financiamentos**

| | Encargos financeiros anuais | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| BID | V.C + 2% | 3.346 | 2.480 |
| BNDES | TJLP + 3,40% | 14.721 | 3.033 |
| Custo a amortizar **(i)** | - | (239) | (239) |
| **Passivo circulante** | - | **17.828** | **5.274** |
| BID | V.C + 2% | 1.353.782 | 1.042.104 |
| BNDES | TJLP + 3,40% | 833.884 | 845.725 |
| Custo a amortizar **(i)** | - | (76.459) | (81.767) |
| Mútuo - DP World Brazil BV (Nota Explicativa nº 13) | - | 691.109 | 488.787 |
| **Passivo não circulante** | - | **2.802.316** | **2.294.849** |
| **Total de financiamentos** | - | **2.820.144** | **2.300.123** |

**a) Movimentação**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do exercício** | **2.300.123** | **2.188.491** |
| (-) Amortização juros BID | (18.336) | (18.295) |
| (-) Amortização juros BNDES | (68.737) | (76.268) |
| (+) Amortização custo dos empréstimos | 6.340 | 6.291 |
| (+) Apropriação juros BID | 27.745 | 20.593 |
| (+) Apropriação juros BNDES | 68.585 | 76.345 |
| (+) Apropriação juros Mútuo - DP World Brazil BV | 61.534 | 42.092 |
| (-) Apropriação custo dos empréstimos | (1.033) | (402) |
| (-) Variação Cambial BID | 303.136 | 40.553 |
| (-) Variação Cambial Mútuo - DP World Brazil BV | 140.787 | 18.131 |
| (-) Variação Monetária BNDES | - | 2.592 |
| **Saldo no final do exercício** | **2.820.144** | **2.300.123** |

**(i)** O custo incorrido nas captações, no montante de R$ 76.698, está sendo apropriado em função da fluência do prazo, com base no método linear durante a vigência da operação. Em 26 de setembro de 2011, foi firmado financiamento de longo prazo entre a Companhia e a Caixa, mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de até R$ 614.477. Esse montante está sujeito aos encargos anuais de TJLP + 3,40% a.a. Em 18 de novembro de 2011, foi firmado financiamento de longo prazo entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até USD 401.118 mil. Esse montante está sujeito aos encargos anuais de Libor 6m + 3,375% ("*A Loan*") e Libor 6m + 3% ("*B Loan*") no prazo de 60 meses, após esse período há alteração nos encargos anuais para Libor 6m + 3,875% ("*A Loan*") e Libor 6m + 3,5% ("*B Loan*"). Em 2017, a Companhia realizou a reestruturação da dívida junto aos agentes financiadores. A nova composição da dívida ficou da seguinte forma: No financiamento de longo prazo entre a Companhia e a Caixa, mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a dívida foi alongada passando do seu vencimento de 15/12/2026 para 15/11/2032. O prazo de carência do principal foi prorrogado para 15/10/2021 e o valor do principal foi ajustado devido à penalidade pelas parcelas não pagas em 16/11/2017 para o montante total de R$ 836.360. No Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a dívida foi alongada passando o vencimento do *A Loan* em 15/05/2026 e *B Loan* em 15/05/2023 para 15/11/2032. Houve mudança na taxa de juros de flutuante (Libor 6m + *Spread*) para taxa fixa de 2% a.a., com a extensão do prazo de carência do principal para 15/05/2022. Em adição as dívidas acima citadas, a Companhia recebeu um empréstimo de Mútuo com seu acionista em 27/11/2017 no valor de US$ 100.000 a taxa de juros de 9,39% a.a., nos primeiros 05 anos baixando para 8% a.a. no restante da dívida. Os *covenants* existentes após a reestruturação são: os de índice de cobertura do serviço da dívida (*debt service coverage ratio*), o índice de cobertura da dívida projetada (*projected debt service coverage ratio*) e Dívida líquida pelo LAJIDA (*net debt to EBITDA ratio*). A Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas "*covenant*" em 31/12/2020. **13. Saldos e transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou o montante de R$ 108.578 (2019 – R$ 66.897), referente à provisão para cumprimento do contrato *Service Support Agreement* (SSA), firmado junto à DP World Américas, por conta da operação do terminal (Nota Explicativa nº 11) e reembolso de despesas. A variação entre os anos de 2019 e 2020 é decorrente principalmente da variação cambial ocorrida no período. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia também apresentou um saldo de mútuo de R$ 691.109 (2019 - R$ 488.787) com a DP World Brazil BV (Nota Explicativa nº 12 (a)). A Companhia ainda possui um saldo a receber no valor de R$ 1.990 referente aos projetos solicitados por partes relacionadas. O valor pago em 2020 com remuneração para a Administração foi de R$ 4.042 (R$ 2.951 em 2019). **14. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto): (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é composto de 323.023 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal assim distribuídas:

| Acionistas | Número de ações 2020 | Número de ações 2019 |
|---|---|---|
| DP World Brazil B.V. | 323.023.000 | 311.357.000 |
| **Total** | **323.023.000** | **311.357.000** |

As ações têm valor nominal de R$ 1,00.
Em 2020 tivemos integralização de capital no valor de R$ 11.666, sendo R$ 6.217 em janeiro de 2020 e R$ 5.449 no mês de março de 2020. **(b) Reserva de capital – reserva especial de ágio na incorporação:** Constituída tendo como base a parcela líquida da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido do ágio relativa às operações de incorporação dos acervos líquidos da Hostens, da Coimex e da Odebrecht Transport Participações (OTPP). **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(d) Dividendos:** São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e estatuto da Companhia. **(e) Outros Resultados Abrangentes:** No exercício de 2020, foi reconhecido como outros resultados abrangentes, os seguintes valores: **(i)** hedge de fluxo de caixa dos contratos firmados de financiamento (Nota Explicativa nº 2.4), e **(ii)** efeito da classificação de parte da variação cambial para o resultado, que é a parte desprotegida dos contratos de financiamento.

**15. Provisão para contingência**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Trabalhista | 2.484 | 2.205 |
| Cível | 131 | 131 |
| Outras | 5 | 5 |
| **Total** | **2.620** | **2.341** |

**Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía ações de natureza cível, trabalhista, fiscal e outras, envolvendo risco de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não provisionadas no balanço, conforme demonstrado abaixo.

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Fiscal | 142.587 | 211.315 |
| Cível | 62.009 | 60.727 |
| Trabalhista | 10.687 | 11.323 |
| Outras | 15.834 | 15.582 |
| **Total** | **231.126** | **298.947** |

**16. Receita líquida dos serviços prestados:** A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Venda bruta de serviços | 456.297 | 327.265 |
| Impostos sobre venda | (47.468) | (34.716) |
| Cancelamentos, abatimentos e outros | 39 | (11.784) |
| **Total** | **408.868** | **280.765** |

**17. Custo dos serviços prestados**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Salários, encargos e benefícios | (113.679) | (90.788) |
| Depreciações e amortizações | (31.448) | (36.748) |
| Custo com equipamentos | (24.545) | (20.873) |
| Materiais e serviços aplicados na operação | (22.646) | (18.286) |
| Mão de obra avulsa/taxas portuárias | (19.678) | (22.498) |
| Outros custos | (16.341) | (10.749) |
| Energia elétrica | (4.840) | (3.672) |
| Seguros | (4.072) | (1.390) |
| **Total** | **(237.249)** | **(205.004)** |

**18. Despesas gerais e administrativas**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| Salários, encargos e benefícios | (23.907) | (21.892) |
| Consultorias | (22.239) | (15.153) |
| Serviços contratados | (16.798) | (12.103) |
| Despesas gerais | (12.319) | (6.706) |
| Depreciações e amortizações | (7.680) | (6.586) |
| Tributos | (4.300) | (5.710) |
| Materiais diversos | (3.818) | (3.776) |
| Seguros | (2.890) | (1.411) |
| **Total** | **(93.951)** | **(73.337)** |

**19. Receitas e despesas financeiras**

| | 2020 | 2019 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Receita aplicação financeira | 275 | 762 |
| Variações cambiais ativas | 461.052 | 363.164 |
| Outros | 1.419 | 1.747 |
| **Total** | **462.746** | **365.673** |
| **Despesas financeiras** | | |
| Juros sobre empréstimos | (168.723) | (146.457) |
| Variações cambiais passivas | (725.378) | (426.800) |
| Outros | (38.934) | (18.139) |
| **Total** | **(933.035)** | **(591.396)** |
| **Despesas financeiras, líquidas** | **(470.289)** | **(225.723)** |

A variação cambial negativa é resultado da desvalorização do Real frente ao Dólar, o que gerou uma despesa proveniente dos saldos a pagar dos empréstimos contratados em moeda estrangeira (Dólar) bem como saldo a pagar de fornecedores no exterior. **20. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

| Modalidade | Vigência até | Cobertura |
|---|---|---|
| Responsabilidade civil dos conselheiros, diretores e administradores (D&O) | 30/06/2021 | R$ 30.000 |
| Operador portuário - Danos físicos a coisas móveis e imóveis (*Property*) | 29/09/2021 | USD 550.000 |
| Operador portuário - Responsabilidade civil | 13/10/2021 | USD 50.000 |

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

**Dallas Carlyle Hampton** - Diretor Presidente
**Fernando de Gouveia Tortorello** - Diretor
**Alberto Carlos Machado Pedreira** - Contador - CRC BA-020807/O

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
**Embraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.** Santos – SP
**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Embraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Embraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 e para as demonstrações contábeis, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos recorrentes e em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia excede o total do ativo circulante em R$ 128.715 mil (R$ 126.262 mil em 31 de dezembro de 2019), o patrimônio líquido está negativo (passivo a descoberto) em R$ 1.652.219 mil (R$ 1.032.338 em 31 de dezembro de 2019) e, nesta data, a Companhia apresenta alto índice de alavancagem financeira 248,56% (Nota Explicativa nº 4.2). Adicionalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a administração da Companhia está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia, buscando retomar a lucratividade e geração de fluxo de caixa por meio do fortalecimento da estratégia de busca por novos clientes, tanto armadores como donos de carga (importadores e exportadores), diversificação de cargas e serviços, melhorar a eficiência do terminal reduzindo custo e buscar novos parceiros para utilização de área disponível dentro do terminal. A eventual não confirmação das ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, indicam a existência de incerteza relevante com a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
**Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2021

Grant Thornton
**Grant Thornton Auditores Independentes**
CRC 2SP-025.583/O-1

**Edinilson Attizani**
CT CRC 1SP-293.919/O-7